



ANAIS DE COLOQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO



ISSN: 2674 - 8630

Resumo Expandido (Pôster): Eixo 9 – Educação Infantil

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA:

EXPERIÊNCIA DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) COM OS INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL PAULISTANA (IQEIP)

Daiane Aparecida Borges do Nascimento - PUCSP*

Resumo: Esse trabalho pretende comunicar uma síntese do resultado da pesquisa Autoavaliação Institucional Participativa (AIP): experiência de um Centro de Educação Infantil (CEI) com os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (IQEIP) realizada no segundo semestre de 2020. O estudo investiga o processo de implementação da AIP por meio do uso dos IQEIP em uma instituição de Educação Infantil no município de São Paulo, compreendendo o papel dos gestores nesse processo. Trata-se de uma pesquisa educacional com abordagem qualitativa, conforme propõem Lüdke e André (1986), caracterizada como estudo de caso. Como procedimentos de pesquisa, utilizamos levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas semiestruturadas com a equipe gestora. A análise dos dados foi realizada segundo a análise de conteúdo proposta por Franco (2012). Em nossos resultados, a pesquisa evidenciou que a AIP pode ser transformadora desde que seja um processo de construção reflexiva com a participação de todos os atores envolvidos, por meio do diálogo, da escuta e da partilha de responsabilidades.

Palavras-chave: Autoavaliação. Participação. Qualidade. Educação Infantil.

Introdução

Em 2013, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo iniciou o projeto de autoavaliação institucional participativa nas unidades de Educação Infantil tendo como recurso os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009), publicados pelo Ministério da Educação (MEC). Iniciava-se, então, um processo contextualizado e amplo relativo ao desenvolvimento de ações democráticas para avaliação da qualidade da educação. Durante experiência na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME-SP), alguns profissionais relataram suas frustrações acerca dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (IQEIP). Declararam que, todos os anos, despendem inúmeros esforços para a organização e aplicação da avaliação institucional, enviando relatórios para a Diretoria Regional de Educação, entretanto, não recebem devolutivas da Diretoria Regional

^{*}Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP.



de Educação (DRE) ou da Secretaria de Municipal de Educação (SME) referentes às demandas encaminhadas.

Assim, a partir da vivência profissional surgiu a inquietação acerca da utilização do documento IQEIP por parte das unidades, pois, em algumas situações, o uso dos IQEIP encerra-se quando as equipes gestoras entregam os dados da avaliação para a DRE ou SME apenas para cumprir orientações burocráticas, fazendo pouco significado para a comunidade escolar o movimento de AIP. Diante do exposto, vislumbramos a questão que se coloca em discussão: como identificar as demandas formativas para gestor escolar a partir dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana.

Materiais e métodos

O presente estudo trata de uma pesquisa qualitativa com o objetivo de investigar o processo de implementação da AIP por meio do uso dos IQEIP em um CEI no município de São Paulo, compreendendo também o papel dos gestores. Confome Minayo (1998), a pesquisa qualitativa reconhece a preocupação muito maior pela compreensão e interpretação de seus conteúdos que pela descrição dentro do processo de produção de conhecimentos (fenômenos humanos e sociais).

A pesquisa resultou de um estudo de caso de um CEI da Rede Municipal de Ensino (RME) da cidade de São Paulo (SP). Assim, ao considerarmos essas reflexões, relacionando-as com a intencionalidade desta pesquisa, buscaremos a especificidade para compreender um cenário particular ao investigar o processo de implementação da AIP por meio do uso dos IQEIP em um CEI e assim perceber o papel dos gestores nesse processo, desvendando os impactos da ação deles para o desenvolvimento da proposta da autoavaliação e, consequentemente, das práticas pedagógicas.

Para a realização desta pesquisa, o foco consistiu na realização de entrevista semiestruturada envolvendo os gestores da unidade educacional (diretor de escola, assistente de direção e coordenador pedagógica) de um CEI da rede direta em um bairro periférico da zona leste no município de São Paulo. Tozoni Reis (2009) estabelece a entrevista como uma possibilidade técnica de coleta de dados da pesquisa qualitativa que tem como intencionalidade procurar informações através da "fala" dos participantes.

Discussão dos resultados

Os dados coletados através dos documentos e das entrevistas semiestruturadas foram investigados com base na análise do conteúdo, segundo Franco (2012). Considerando-se os referenciais teóricos adotados e os objetivos desta pesquisa, que nos impelem a buscar convergências e divergências entre as questões, foi possível construir três categorias: Gestão Escolar; Formação Continuada e Autoavaliação.

Observamos que, o disparador do processo de implementação dos IQEIP foi a formação continuada proporcionada aos gestores, professores e funcionários. Assim, a formação assumiu um papel crucial ao garantir alicerce teórico a partir da discussão do documento federal dos Indicadores e de suas diferentes dimensões, com vistas a possibilitar a desconstrução de estereótipos sobre avaliação cristalizados na Educação Infantil e legitimar o significado de todo o processo para os envolvidos. Saul (2010) destaca o caráter político da autoavaliação institucional, pois ela teria como premissa a busca de uma avaliação emancipatória, libertadora e transformadora:

A avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Destina-se à avaliação de programas educacionais ou sociais. Ela está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso principal dessa avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em sua ação educacional escrevam a "sua própria" história e gerem as suas próprias alternativas de ação". (SAUL, 2010, p. 65)

A coordenação reitera que a consciência crítica do grupo foi construída ao longo dos anos, demandando intervenção dos gestores para que se pudesse reconhecer que havia aspectos das dimensões dos indicadores que necessitavam ser revistos. Identificamos que o direcionamento foi fundamental para o avanço do processo de AIP, incentivando o grupo a reflexões críticas no sentido de romper percepções equivocadas para reconhecer fragilidades e, posteriormente, elaborar superação. Freire (1967) destaca que a passagem da "consciência ingênua" do sujeito para a "consciência crítica" é construída através da participação crítica e da verdadeira participação. Os entrevistados corroboram a visão de Luck (2009), que pontua a função da equipe gestora diante da responsabilidade pela organização e pelos encaminhamentos administrativos e pedagógicos da unidade, além de motivar a construção de saberes e aprendizagens.

Considerações finais

Compreende-se que implementar a AIP na RME representou um passo importante para a educação pública paulistana ao introduzir a proposta de construção de uma culura de avaliação participativa através do fortalecimento da gestão democrática, que pretende intensificar o diálogo com os diferentes atores (funcionários, docentes, gestores, famílias e responsáveis), constituindo-se em um importante dispositivo de participação social na escola.

A pesquisa revelou que o disparador para a implementação dos IQEIP foram as formações promovidas pela DRE para os gestores, que posteriormente formaram equipes escolares, caracterizando uma cadeia colaborativa e criativa. Durante os momentos formativos, percebemos que a intervenção da equipe gestora foi imprescindível para o avanço da implementação da AIP, visto que, a partir de provocações e reflexões, foi possível desvelar fragilidades e potencialidades da unidade, incentivando o autoconhecimento crítico e o reconhecimento da corresponsabilidade social sobre as finalidades da educação.

Espera-se a realização de uma autoavaliação efetiva que extrapole os documentos e assuma o compromisso com a qualidade social da educação, ao privilegiar a participação de todos os atores, auxiliando na constituição da consciência crítica. Esperamos também que a AIP não se esgote no plano de ação, mas que se desenvolva continuamente, tendo bem delineados seus objetivos de produzir transformações na organização escolar.

Acredita-se em uma escola como um espaço público e popular, local de aprendizagem onde a formação seja valorizada através da integração entre a escola e o território. Falamos então de território educativo, concepção que pressupõe um contexto colaborativo a partir do incentivo realizado pela gestão democrática, visando fortalecer o projeto educacional da unidade.

Referências

BONDIOLI, A.; SAVIO, D. (Orgs). *Participação e qualidade em educação da infância*: percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educativos. Trad: Luiz Ernani Fritoli. Curitiba: UFPR, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2009. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf. Acesso em: 23 mai. 2019.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra LTDA, v. 199, 1967.

FRANCO, M.L.P.B. *Análise de conteúdo.* 4.ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

LUCK, H. *Dimensões da gestão escolar e suas competências*: perspectivas da Avaliação. Curitiba: Editora Positivo, 2009.



LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação*: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas. Trad: Magda frança Lopes. Porto alegre: Artmed, 2003.

ORSOLON, L. A. M. O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

PARO, V. H. Gestão democrática da Educação Pública. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PARO, V. H. *Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino?* 2.ed. São Paulo: Intermeios, 2018.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. *Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana*. São Paulo: SME /DOT, 2016. Disponível em: https://www.sinesp.org.br/images/9_-_INDICADORES_DE_QUALIDADE_NA_EDUCACAO_INFANTIL_PAULISTANA.pdf. Acesso em: 28 mar.2019.

SAUL, A. M. *Avaliação emancipatória*: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TOZONI REIS, M.F.C. Metodologia da pesquisa. Curitiba: IESDE, 2009.



Sua participação e apresentações de trabalhos abrilhantaram o ii colóquios de políticas e gestão da educação

ESPERAMOS VOCÊS NO III COLÓQUIOS DE 24 A 27 DE MAIO DE 2022.

2022



Informações: geplageufscar@gmail.com

Comissão Organizadora III Colóquios

https://doity.com.br/iii-coloquios-de-politicas-e-gestao-da-educacao